



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA PARANAENSE À LUZ DO DISCURSO OFICIAL: EM QUESTÃO A PROPOSTA DO PROGRAMA REFORMISTA DE CESAR PIETRO MARTINEZ (1920-1921)¹

Simone Carlos de Souza
Anaete Regina Schelbauer
(UEM)

Resumo

Objetivamos com esta exposição apresentar os resultados da análise realizada sobre a perspectiva de escola pública primária que permeou a Reforma do Ensino no Estado do Paraná no início da década de 1920. Destarte, dissertamos em duas etapas, na primeira identificamos os elementos sociais e ou econômicos e ou culturais que foram justificativas para o programa de reforma da escola pública primária e, depois, explicitamos como a missão da escola pública primária se constrói no discurso oficial, especialmente por meio do primeiro relatório do Inspetor Geral do Ensino apresentado ao Secretário Geral de Estado de 1921, e através das duas primeiras Mensagens do Governo do Estado apresentadas pelo Presidente do Estado ao Congresso Legislativo (1920 e 1921). Acreditamos que este estudo permite significativa contribuição ao campo da história da educação, na medida em que estabelece diálogo com a historiografia sobre a escola pública primária, coloca em cena a história produzida em forma de documento pelos próprios sujeitos do período e, por fim, porque se apresenta como uma possibilidade de compreensão do passado à luz da análise do discurso.

Palavras – chave: Escola Pública Primária. Documento. Análise do Discurso

Objetivamos com esta exposição apresentar os resultados da análise realizada sobre a perspectiva de escola pública primária que permeou a Reforma do Ensino no Estado do Paraná no início da década de 1920. Destarte, dissertamos em duas etapas, na primeira identificamos os elementos sociais e ou econômicos e ou culturais que foram justificativas para o programa de reforma da escola pública primária e, depois, explicitamos como a missão da escola pública primária se constrói no discurso oficial, especialmente por meio do primeiro Relatório do Inspetor Geral do Ensino apresentado ao Secretário Geral de Estado de 1921 e através das duas primeiras

¹ A temática neste trabalho completo apresentada é parte da discussão e análise realizada na Dissertação de Mestrado defendida por Simone Carlos de Souza e orientada pela Professora Doutora Anaete Regina Schelbauer, no ano de 2012, na Universidade Estadual de Maringá.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Mensagens do Governo do Estado apresentadas pelo Presidente do Estado ao Congresso Legislativo (1920 e 1921).

Mensagens do Governo do Estado e os Relatórios da Inspeção Geral do Ensino, enquanto documentos, a partir da intervenção do historiador são também monumentos da história, em nosso caso, monumentos para o estudo histórico da educação. Estes documentos nos levam a compreensão de um passado que se revela por meio do discurso político de sujeitos que o registraram utilizando-se de seu papel oficial. Neles estão contidos os desejos e perspectivas que lhes eram comuns e, neste exercício de constituição intencional ou não da memória coletiva, foram estes mesmos sujeitos que retrataram os desejos dos grupos aos quais pertenciam.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 536).

Ao serem analisados à luz deste aspecto, estes documentos não foram a nós traduções de verdades ou mentiras de um tempo na história da escola pública primária paraense, foram eles, sobretudo por meio da observância e análise das informações que os compunham, um recurso de permissividade para a compreensão da missão desta escola para aqueles que detinham o poder de politicamente fazê-la acontecer.

Uma vez utilizado como possibilidade de compreensão do passado, o documento requer do historiador neutralidade diante das informações e, como o próprio historiador é um ser constituído de subjetividade, este necessita de apoio metodológico para manter-se na neutralidade a fim de não impor seu desejo de pesquisa ao documento, deturpando as informações que dele foram extraídas. O que não significa dizer, manter-se passivo diante das informações. Neste sentido, “Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] É preciso começar por desmontar, dissolver esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2003, p. 538)”. Destarte, acreditamos ser a análise do discurso alternativa metodológica que atenderá aos objetivos propostos, uma vez que:





A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2003, p. 15).

Buscar, portanto, a proposta de escola pública primária paranaense à luz do discurso oficial contido no programa reformista de Cesar Prieto Martinez apresentado no início da década de 1920, é analisar o conteúdo discursivo por meio de sua interlocução com as condições de produção (os sujeitos e a situação histórica), é identificar as paráfrases, as relações de força, as relações de sentido, os processos de antecipação é delimitar as formações discursivas e logo, a ideologia a qual o discurso pertence. Segundo Orlandi (2003, p. 20) isto se dá, devido os discursos não se organizarem na singularidade linguística, mas na multiplicidade de elementos, seja a memória coletiva, seja o interdiscurso, seja o inconsciente do sujeito interpelado pela história e, logo, pela ideologia.

Quando falamos em discurso, portanto, não nos referimos ao processo retilíneo e constante de comunicação – um emissor transmite uma informação a um receptor, que pode ou não devolver com nova informação, constituindo um ciclo de comunicação – mas, nos fazemos referência ao elemento de comunicação histórica que se constitui por meio da linguagem e da relação do sujeito com ela. Os discursos são recantos da subjetividade humana, que se constroem na relação da memória com o presente e com as expectativas de futuro.

A temática que propomos não é inédita. Citamos três recentes trabalhos com importantes contribuições para a temática, escolhidos especialmente por terem sido publicados em eventos de amplitude respectivamente internacional e nacional. O primeiro é de Marlete dos Anjos da Silva Schaffrath “A Escola Normal no Paraná na reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional do ensino” publicado no IV Congresso Brasileiro de História da Educação em 2011, retrata da Reforma da escola pública proposta por Prieto Martinez, destacando as iniciativas em prol da reforma da Escola Norma no Paraná, como uma proposta de reforma racional do ensino. O segundo, “Reforma da Educação no Paraná: ideais educacionais de Cezar Prieto Martinez para a Instrução Pública expressos nos relatórios de 1920 a 1922”, cuja autoria é de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Márcia Marlene Stentzler e Valéria Aparecida Schena trabalho completo apresentado na IX Jornada do HISTEDBR no ano de 2010, cujo teor da abordagem das autoras aponta um projeto de reforma da escola com pressuposto racionalizador e direcionamento a modernização da sociedade como atendimento as necessidades do capitalismo em desenvolvimento no estado. O terceiro é de Gizele de Souza que abordou na 28ª Reunião Anual da ANPED realizada em 2005 o artigo “‘Mediador Do Moderno’: Técnico Paulista Na Direção Da Instrução Pública Paranaense Nos Anos Vinte Do Novecentos”, com a proposta de examinar a repercussão na imprensa local da chegada do técnico paulista para assumir o alto cargo de Inspetor Geral do Ensino e qual o significado destas abordagens na elaboração do cenário educacional paranaense. São similares ao diagnosticarem a reforma prietina como racional e direcionada à modernização, são diferentes, entretanto, por terem adotado distintos caminhos que as levaram a estas constatações.

Destarte, mesmo não sendo este um estudo inédito, acreditamos que ele permite significativa contribuição ao campo da história da educação, na medida em que estabelece diálogo com a historiografia sobre a escola pública primária, coloca em cena a história produzida em forma de documento pelos próprios sujeitos do período e, por fim, porque se apresenta como uma possibilidade de compreensão do passado à luz da análise do discurso.

1 Escola Pública Primária: de condição de efetivação da República a meio para erradicação do analfabetismo

Antes de nos dedicarmos as especificações do discurso nos documentos, se faz necessária uma breve recuperação do processo constitutivo da escola pública primária no cenário nacional, como uma possibilidade de compreensão de nosso objeto de pesquisa além das fronteiras espaciais e temporais que delimitamos. Assim nos definimos por acreditarmos que não há acontecimento que se funda em si mesmo sem relação com outros, mas é cada um e todos os acontecimentos uma composição da singular condição histórica de seu presente, na relação com teu passado, não uma relação de fundação, de origem, mas de reciprocidade, continuidade ou até de deslocamento. Veremos que a escola pública primária arquitetada na reforma de Prieto Martinez





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

no início da década de 1920 no Paraná, não está isolada de seu contexto histórico, mas seu discurso é possível, por ser ele parte de discurso mais amplo, ideológico.

A escola pública primária edificada a partir do advento da República adquiriu status de “salvadora” da Pátria no início do século XX. A crença de que por meio dela seria possível constituir e manter a ordem social e, formar o cidadão moral e civil, ciente de seus direitos e deveres, foi paulatinamente organizando uma justificativa ideológica (SOUZA, 2006) para a organização e disseminação deste modelo escolar.

[...] o movimento de renovação da escola primária empreendido pelos primeiros governos republicanos teve um profundo significado político, social e cultural. Tratava-se não apenas de sua difusão para o meio popular e da democratização do acesso à leitura e escrita – instrumentos culturais cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas e nos regimes republicanos –, mas, também da implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. (SOUZA, 2006, pág. 51).

Meio de efetivação da República e porta pela qual se teria acesso a uma nação moderna e progressista, fez-se da escola pública primária eixo da transformação social. Acreditava-se que a escola, formando um novo homem, com novos princípios culturais, permitiria a formação de uma nova sociedade repleta de ideais republicanos que, deste modo, estaria preparada aos novos tempos.

É assim que a escola pública primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental. Para cumprir tão elevado desígnio era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existente no Império. (SOUZA, 1998, p. 79).

Como símbolo e expoente republicano o Grupo Escolar foi, nas palavras de Carvalho (2010, p. 225), “instituição nuclear da Reforma” que se principiou em São Paulo em 1890 e estendeu-se para outros estados da Federação aos longos das duas primeiras décadas da República. Como ideias de escola republicana, os grupos escolares foram meios de forjar e perpetuar a tradição





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

republicana: entoação de hinos e cânticos republicanos, comemoração de datas republicanas, idolatria à bandeira nacional. Foi em um contexto de exuberância arquitetônica e desejo arraigado pelos novos métodos e recursos pedagógicos, que a escola primária foi, segundo Souza (2006, p.35), “(re) inventada: novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino”.

Nessa estratégia republicana, o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o “método intuitivo” a peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar. De sua conjunção, resulta o modelo paulista que será exportado para outros estados da Federação. Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade de edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. (CARVALHO, 2010, pág. 226).

Como símbolo do regime republicano, símbolo da instauração da ordem e via para o progresso, este modelo escolar paulista, entretanto, não foi eficaz para a proposta de difusão da escola pública primária empreendida por intelectuais e políticos do início da década de 1920. O alto custo que representava sua fundação e depois o orçamento necessário a sua manutenção, não permitia aos estados fazer deste ideal a única via pela qual se satisfaria as novas necessidades para escola pública primária.

A década de 1920 foi palco de efetiva luta por uma escola pública primária como meio de erradicação do analfabetismo. Levar a escola à todas as populações, alfabetizando-as, foi bandeira erguida pelos governos deste período. Creditou-se a escola a solução para o problema ocasionado pelo aceleramento da industrialização e da urbanização que trouxe para os grandes centros as populações campesinas e imigrantes, grupos que não partilhavam respectivamente, dos “códigos comportamentais que regiam o cotidiano da convivência interclasses no espaço urbano (CARVALHO, 2010, pág. 233)”, e ao menos da cultura brasileira. Erradicar o analfabetismo, portanto, era a possibilidade de desenvolver a cultura nacional nos imigrantes, nacionalizando-os e, ao mesmo tempo, “abrasileirar o brasileiro (CARVALHO, 2011)”, fazendo dele um exímio cidadão republicano.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 2011, p.10).

Republicanizar o Brasil foi a nova determinação. Nesta nova ordem, a erradicação do analfabetismo se torna na década de 1920 a grande responsabilidade da escola pública primária, bandeira que se estende a outros Estados da Federação. Somente a população civilizada e alfabetizada, seria capaz de alcançar o progresso e manter a ordem social. “Na nova lógica o analfabetismo é alcançado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional (...) (CARVALHO, 2010, pág. 227)”. Carvalho (2010) retrata o Estado paulista nesta passagem, mas a situação não foi diferente nos demais Estados da Federação (MIGUEL, VIDAL, ARAÚJO, 2011).

No Paraná a situação prosseguiu de forma semelhante. A década de 1920 representou ao Estado um momento de “demarcação de limites territoriais e simbólicos (SOUZA, 2012, p. 39)”. Movimentos de regionalização, em especial o paranismo, um movimento de exaltação da cultura e do sujeito paranaense, com vistas caracterizá-lo e diferenciá-lo dos demais (Camargo, 2007).

A necessidade de homogeneização da cultura justifica-se por três vias, primeiro por ser o estado paranaense ainda recente, comparado aos demais estados, segundo por ter ele se envolvido na década de 1910 em conflito com Santa Catarina para delimitação territorial.

A Província do Paraná foi criada pela Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, que elevou a Comarca de Curitiba pertencente à Província de São Paulo à Província independente. A lei que, embora desvinculasse o novo território paranaense do território paulista, não foi suficiente para fazer da Província uma unidade territorial, uma vez que suas fronteiras com Santa Catarina ainda não estavam definidas. Em 1912, o Paraná entrou na Guerra do Contestado contra Santa Catarina, conflito que perduraria até 1916. (SOUZA, 2012, p. 38).

Além dos conflitos internos de demarcação cultural e espacial, o Paraná recebeu neste período um grande contingente de imigrantes, especialmente italianos, alemães, poloneses e ucranianos, os quais trouxeram consigo as culturas próprias das pátrias mães. Por todas estas vertentes, fazia-se





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

na década de 1920 no Paraná a necessidade de formação de uma identidade cultural regional. Foi neste contexto histórico regional que a proposta de Prieto Martinez foi concebida.

2 Racionalização e Ordem: princípios de uma proposta reformista para uma escola pública primária direcionada ao progresso

A discussão que apresentamos nesta etapa tem como objetivo identificar os elementos sociais e ou econômicos e ou culturais que foram justificativas para o programa de reforma da escola pública primária no Paraná proposto por Cesar Prieto Martinez no Relatório por ele no ano de 1921, enquanto Inspetor Geral do Ensino.

No início da década de 1920, de acordo com os relatos de Affonso Alves de Camargo (1873-1959) em seu último relatório apresentado ao Congresso Legislativo, o Paraná enfrentava delicada situação financeira. Seja devido “a pressão de graves questões internas, que exigiam pronta solução” ou por conta “da conflagração mundial, que vinha alterando profundamente as diversas relações político-sociais e econômico-financeiras” (PARANÁ, 1920, p. 3), tais situações impuseram ao governo uma gestão baseada na sobrevivência econômica e depois, no reestabelecimento do equilíbrio financeiro do Estado. Segundo Alves Camargo (PARANÁ, 1920) a década de 1920 iniciara com algumas conquistas para a nova administração, dentre elas a solução do conflito com Santa Catarina que perdurou de 1912 a 1916 e gerou ao Estado um alto déficit financeiro. Os problemas enfrentados não impediram, contudo (PARANÁ, 1920), que o Governo realizasse ações em prol do desenvolvimento do Estado. Apoio moral e material do Governo Federal contribuíram para o desenvolvimento do ensino superior, secundário e profissional; a remodelação do departamento do Serviço Sanitário; a reforma Judiciária; a reorganização da Força Militar do Estado; a ampliação do incentivo material e da propaganda em prol da agricultura; o desenvolvimento do Comércio e da Indústria; o estímulo a interiorização do povoamento; a construção de mais de 1000 km de estradas e o início da luta pela construção do Porto de Paranaguá, foram iniciativas que contribuíram para o reestabelecimento do desenvolvimento do Estado.

Foi também na gestão de Affonso Alves de Camargo (a gestão se deu de 1916 a 1919) que por meio do Decreto n. 17 de 9 de janeiro de 1917, se oficializou o Código de Ensino do Estado do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Paraná. Segundo relato do Presidente do Estado, o ensino primário por meio dele teria sido remodelado e atualizado nos novos e modernos métodos pedagógicos (PARANÁ, 1920).

O Código de Ensino foi um documento redigido com amplitude, especificando desde as competências do Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e de outros cargos administrativos, como também da organização do magistério público. Em sua redação também foram dispostas especificações quanto a organização e competências das diferentes modalidades de ensino, dentre elas o ensino primária, que abrangia as escolas simples, escolas combinadas ou grupos escolares, as escolas intermediárias e o ensino particular.

A organização geral do Ensino Primário era composta, segundo o próprio Código, pelo que de mais moderno existia na Pedagogia do momento, prevalecendo práticas com menor esforço para o máximo de resultado. A divisão dos conteúdos variava de acordo com a série (não há descrição específica para a segunda série), alguns eram reservados a todas as séries. De um modo geral eram assim divididos: Primeira Série: Lições de Coisas; passos iniciais de leitura, escrita, aritmética e geografia; exercícios para memória, linguagem e desenvolvimento dos “sentimentos superiores”; Terceira e Quarta Séries: aplicações de ciências naturais e ofícios ou agricultura; Quarta Série: noções e práticas da Constituição da República e do Estado; Economia Privada e Política; Agronomia; Higiene; Música; Para todas as séries: história das nações mais importantes e de seus grandes homens; generalidades da Geografia e Corografia do Brasil; História da Civilização no Brasil; Lições de Coisas; desenho; exercícios de reflexão, memória e elocução; exercícios de caligrafia; cânticos escolares; exercícios de ginástica; Educação Moral de todas as formas, por todos os meios (PARANÁ, 1917). (SOUZA, 2012, p. 42).

As inovações contidas no Código de Ensino, para o então presidente do Estado, conduziram a diminuição do percentual de analfabetos e contribuíram, por meio das escolas isoladas e ambulantes, com a nacionalização do ensino (PARANÁ, 1920, p.4). Era esta a organização presente no Estado paranaense quando Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) assumiu a presidência em março de 1920 (ele se manterá no cargo por dois mandatos).

No relatório dirigido ao Congresso Legislativo em 1920, Munhoz da Rocha declarou que a busca e a manutenção do equilíbrio financeiro no Estado seriam os fundamentos de seu programa de governo. Com relação ao ensino, destacou a erradicação do analfabetismo como uma prioridade. Neste âmbito, uma das primeiras medidas adotadas levou em consideração que “um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aparelho escolar depende sobretudo da orientação pedagógica que aos seus chefes cabe imprimir” e, por considerar o Estado Paulista um modelo neste quesito, sua primeira iniciativa foi a solicitação ao Sr. Dr. Altino Arantes, ex-presidente de São Paulo, a vinda de um técnico para ocupar o recém criado cargo de Inspetor Geral do Ensino. Com quase vinte anos de experiência no magistério, o então Diretor da Escola Normal de Pirassununga, Cesar Prieto Martinez (1881-1934), foi colocado à disposição do Governo paranaense. A atitude do presidente do Estado com relação a escola pública, não ocorria isolada de seu contexto histórico. A escola na década de 1920 foi vista pela tônica da organização e expansão. Os técnicos foram chamados para conduzir as reformas, não só no Paraná, o mesmo se deu em São Paulo, em Minas Gerais e na Bahia, como pondera (CARVALHO, 2002, p. 209).

A Inspetoria Geral do Ensino foi assumida no dia 8 de abril de 1920. Recebido com honrarias, Prieto Martinez iniciou sua jornada visitando os grupos escolares da capital e posteriormente organizou a exposição de suas ideias com relação a reforma da instrução (os processos pedagógicos, os recurso didáticos, a organização administrativa do trabalho escolar, os métodos pedagógicos), por meio de palestras informativas e instrutivas, orientadas a servir de origem para a disseminação de uma ideia de ensino que resultasse em novas práticas educativas e administrativas. A divulgação se principiou com os diretores e professores da capital e estendeu-se aos diretores dos grupos escolares do interior.

Como não era possível estender com rapidez todas as informações a todos os lugares onde se encontrava uma unidade escolar, o objetivo destes encontros pedagógicos também foi o de incumbir os diretores dos grupos do interior, de realizarem a disseminação das propostas e das mudanças do programa reformista, fazendo chegar com mais rapidez a informação que levaria à reforma do ensino em todo Estado. Orientou-se, que os professores da primeira série recebessem o repasse das informações com prioridade, pois, eles eram os responsáveis por garantir, por meio de seu trabalho, maior eficiência na alfabetização.

O texto redigido por Cesar Prieto no primeiro relatório apresentado serve como orientação de sua proposta e designação quando a perspectiva de escola pública primária que a permeou. A educação teria como objetivo preparar a infância para o trabalho honesto, esclarecê-la e formá-la dentro dos princípios (direitos e deveres) cívicos de amor à Pátria e às suas tradições (MARTINEZ,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

1922). Sua proposta de reforma se propôs a direcionar a educação paranaense a patamares ainda não alcançados por muitos países, segundo ele, até mais antigos que o Brasil. Usar os meios disponíveis com a melhor eficiência seria, para o inspetor, a alternativa mais viável para o Estado (e até mesmo para o país) que necessita expandir a alfabetização sem exceder os orçamentos.

Si nos países novos, em virtude de inúmeros fatores e sobretudo das lições que a experiência dos povos antigos proporciona, o progresso segue o seu percurso velozmente e as ideias germinam e propagam-se com extraordinária facilidade, a instrução popular pode e deve acompanhar essa ascensão, deixando a antiga rotina e lançando mão de outros meios eficazes que chegam a resultados esplêndido com economia de tempo e sem necessidade de gastos excessivos. (MARTINEZ, 1921, p. 3).

Considerando que seria o “ideal das democracias levar a instrução a todas as camadas sociais, é mister que esse ideal se cumpra sem prejuízo de outros problemas que envolvem o futuro do país (MARTINEZ, 1921, p. 3-4)”. Tal pressuposto convergia com as necessidades destacadas por Munhoz da Rocha.

Um aparelho escolar salienta-se pela regularidade de seu funcionamento. Sem essa regularidade, difícil de ser estabelecida e conservada, pode-se dizer que não há propriamente organização, pois ela exige uma perfeita harmonia na função de seus órgãos, do mais simples ao mais complexo, do mais importante ao que parece de menor valor. Todas as peças desse aparelho delicadíssimo combinam-se para a consecução de um fim vidado que é, neste caso, a disseminação proveitosa e em grande escala do alfabeto por todos quantos dele necessitam. (PARANÁ, 1922, p. 85, grifo nosso).

Prieto Martinez, convencido de que o melhor meio de levar o país ao fim desejado, seria por meio da educação, considerou que era de sua importância aproveitar com inteligência os recursos disponíveis e que a questão da falta de orçamentos era apenas justificativa, tanto dos Estados quanto da União para não alfabetizar as populações. Destarte, organizou a reforma com o objetivo de fazer da escola pública primária um elemento de luta contra o analfabetismo. O resultado esperado era o progresso material da sociedade. “De pobres que ainda somos chegaremos a ricos porque cada cidadão alfabetizado produzirá muito mais e então os tesouros de que dispomos serão realmente nossos (MARTINEZ, 1921, p. 4)”. Assim, o meio de alcançar tal





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

intento era o de utilizar os recursos naturais, ou seja, o esforço dos próprios indivíduos que alfabetizados, resultariam em grandes benefícios econômicos.

A pobreza do país, para Prieto, estava fadada ao alto índice de analfabetos. O único meio era a instrução do povo. Segundo ele, seria a “escola pública primária e gratuita o instrumento que nos deve dar a felicidade almejada (MARTINEZ, 1921, p. 4)”. Para isto, fazia-se necessário o desenvolvimento de uma nova infância formada “na nova escola, eminentemente nacional, que os soube formar para a prosperidade material e espiritual (MARTINEZ, 1921, p. 5)”. Esta perspectiva, de acordo com os estudos de Carvalho (2002), está presente no discurso nacional, no qual reside no analfabetismo a causa do atraso social e econômico do país.

A modificação no ensino e a modificação administrativa foram as duas vertentes pelas quais se direcionou a reforma de Martinez. O uso de modernos métodos e programas de ensino, bem como a melhor formação do magistério de nada adiantariam, segundo o Inspetor Geral do Ensino, se a escola primária não estivesse em perfeito funcionamento. “Não resta a menor dúvida que os métodos, bem processados, representam o que de melhor pode ter um aparelho escolar, mas do funcionamento desse aparelho é que dependem os frutos que tais métodos prometem produzir (MARTINEZ, 1921, p. 6)”.

A eficiência das escolas dependia, na lógica prietina, de seu regular funcionamento: métodos, programas e administração precisavam estar em regular e perfeito funcionamento e, neste quesito, a alteração da postura do mestre era elemento fundamental para o alcance dos resultados esperados. Conforme Prieto, faltas frequentes, licenças constantes, permutas e remoções eram problemas causados pela postura inadequada dos professores que geravam instabilidade na educação e resultavam, em especial nas “Pequenas localidades com pouco mais de 50 crianças em idade escolar, servidas por uma escola constantemente provida durante muitos anos, contam ainda em seu seio com uma porcentagem assustadora de menores e de adultos que não sabem ler (MARTINEZ, 1921, p. 6)!”. Na perspectiva do Inspetor, não era a falta da obrigatoriedade de ensino, mas o descaso do professorado era o grande mal que assolava a educação pública primária paranaense. Não eram os pais culpados por não enviarem os filhos as escolas, mas a escola é que “no geral, foge da sua missão (MARTINEZ, 1921, p. 7)”. O ideal a ser feito era regularizar o funcionamento das escolas concedendo-lhes prédios apropriados e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

materiais escolares necessários, ao mesmo tempo em que se preparava o professor para manter o aluno nesta escola.

O bom educador, o educador completo, aquele que tem mais probabilidades de vencer é o que alia ambos os elementos: a ciência e o gosto de ensinar. Ninguém melhor do que Claparède versou esta questão, demonstrando cabalmente a importância enorme dos estudos pedagógicos para o mestre, com especialidade o mestre primário. A escola antigamente, entregue ao empirismo cuidava apenas dos programas, isto é, do que se devia ensinar: era esse todo o seu erro. Sucediavam-se as escolas filosóficas, mudavam as ideias humanas e com aquelas e estas evoluíam e modificavam-se os programas. (MARTINEZ, 1921, p. 21).

Ultrapassar o modelo de escola acima descrito era necessário. Destarte, o programa também enfocou a formação do professorado como uma estratégia para melhorar os resultados do ensino público primário. Os normalistas, de acordo com o relatório, seriam formados em princípios que lhes permitiriam contribuir com o ensino de modo mais eficiente, uma vez que antes de preocupar-se em dar todo o conhecimento à criança, direcionariam seus esforços ao preparo da criança para receber o conhecimento, “as ideias irão sendo semeadas à proporção que o terreno for sendo preparado (MARTINEZ, 1921, 21)”, tal atitude resultaria em uma ação do mestre mais consciente e segura, proporcionando o alcance de melhores índices de frequência e alfabetização. Na Mensagem de Governo publicada em 1921, Munhoz da Rocha destaca que esta iniciativa que formou um professor mais consciente de sua elevada missão na formação da infância gerou o aumento aproximado de 50% no número da frequência escolar (PARANÁ, 1921).

Entretanto, este normalista idealizado não existia em contingente suficiente para o número de escolas que necessitavam de professores, deste modo, muitos foram os professores que assumiram cadeiras no interior do Estado sem o devido preparo.

Não resta dúvida que algum serviço todos prestaram, mas também reconhecemos que a eficiência de tais escolas está na razão direta do modesto preparo dos que as regem. Nem se pode exigir que alguém dê o que não possui (MARTINEZ, 1921, 22)”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Onde não existiam normalistas, mesmo não sendo o ideal, eram esses professores que modestamente contribuíram com a causa da alfabetização. O mesmo se deu com relação a interiorização da escola pública primária. A escola idealizada pela República, certamente não foi a que mais contribui para a expansão da alfabetização no Estado (SOUZA, 2012, p. 116). O Programa proposto na reforma de Prieto Martinez estabeleceu uma hierarquia de aplicação do trabalho, assim sendo: nos grandes centros, o povo poderia contar com a instrução gratuita, nos locais mais longínquos, seria feito aquilo que estivesse dentro das possibilidades do Estado, e nas localidades mais distantes e de baixa densidade demográfica, as ações modernizadoras seriam adiadas para outros tempos. Revelou o inspetor que “Não nos sendo possível, porém, levar a todos os pontos uma instrução completa, consigamos ao menos ensinar a ler a escrever e a contar, onde não pudermos fazer mais (MARTINEZ, 1921, p. 23)”. Para os locais em que a Inspetoria não se fazia presente, mas a instrução se fazia necessária foi proposto, organizado e implantado no conjunto das novas ações da reforma do ensino, um sistema de inspeção escolar, o qual foi considerado por Prieto como a válvula propulsora de um processo, quase fabril, de organização do sistema escolar público primário no Paraná.

A inspeção do ensino tem de ser forçosamente o *pivot*, em torno do qual o aparelho escolar se moverá a fim de concentrar as suas energias.
Nenhuma empresa progride sem fiscalização e quem a dirige tem de conhecer, como a palma de suas mãos, os homens e as coisas que ai se congregam diariamente, o que entra e o que sai, o que dá lucros e o que dá prejuízo, tudo em suma que diz respeito à integridade e progresso do estabelecimento.
Nenhuma empresa, a meu ver, é mais complicada, e por isso mesmo mais delicada, do que o ensino público primário. (MARTINEZ, 1921, p. 10).

Seriam os inspetores técnicos, no interior do Estado, os responsáveis por representar e fazer acontecer decisões tomadas pela Inspetoria Geral do Ensino. Para tanto, deveriam estar munidos de informações, a fim de sempre tomar a melhor decisão quanto as problemáticas que lhes eram apresentadas. Localização das sedes escolares, população do local, condições socioeconômicas, cultura, recursos, meios de comunicação, clima, eram informações que deveriam ser apreendidas pelos inspetores sobre os locais nos quais se encontravam as escolas por eles inspecionadas. Também se fazia necessário o conhecimento da escola com relação ao





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

prédio em que estava instalada e as condições deste, a residência do professor, o mobiliário, a frequência escolar, a quantidade de matrículas. Por fim, informações sobre o professor, quem ele era e se possuía competência para realização do trabalho, bem como, sua postura enquanto cidadão e profissional, também eram informações pertinentes para uma inspeção que deveria ser realizada pessoal e regularmente. A maior parte destas informações eram recolhidas por meio do preenchimento dos Mapas Escolares, que depois de repassadas aos inspetores técnicos, eram direcionadas ao Inspetor Geral do Ensino.

No Mapa constava: localização, identificação do professor, informações de funcionamento da unidade escolar (período, licenças, registro de visitas de inspetores), dados de matrícula (número de alunos matriculados, alunos que sabiam ler quando matriculados, alunos analfabetos quando matriculados, alunos que aprenderam a ler no ano, frequência média), dados pedagógicos (exercícios realizados, guarda dos trabalhos escritos, verificação do conteúdo de Ciências Naturais, Geografia e História da Pátria, comemoração de datas nacionais), estatística dos alunos que aprenderam a ler, escrever e contar (constando: nome do aluno, idade, data da matrícula, nome do pai), estatística dos alunos que não aprenderam a ler, escrever e contar (constando: nome do aluno, idade, data da matrícula, nome do pai), informações sobre o ensino particular (existência de escola particular próxima, existência de professores estrangeiros, idioma falado pelo professor estrangeiro), estado de saúde dos alunos, dados relativos ao professor (satisfação com o local de trabalho, queixas a fazer), inventário de material escolar existente (novos e velhos), relação dos livros, mapas e outros materiais existentes e seu estado de conservação. (SOUZA, 2012, p. 44).

Dentre as diferentes ações destacadas por Prieto Martinez para regularização da escola pública primária, a análise dos Mapas Escolares era parte de sua rotina. Uma vez conhecidos pela inspetoria geral, os dados eram compilados e direcionados a Secretária Geral do Estado, que por sua vez os direcionava à composição das Mensagens de Governo. Além desta atribuição, o inspetor considerou que diariamente examinava toda burocracia referente aos grupos e escolas isoladas, passando por ele toda e qualquer informação. A partir das análises, identificadas não conformidades, fazia a solicitação de correção por meio de ofício e, quando necessário, repassava ao próprio inspetor técnico para que o fizesse pessoalmente.

A uniformização dos livros didáticos se produziu através da adoção de livros considerados modernos e que atendiam as necessidades da infância. Segundo o inspetor, o mesmo constatou





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

nas visitas que fez que em muitas escolas era possível encontrar, em uma mesma sala adotados livros diferentes, uma verdadeira “anarquia” didática, segundo seu relato. O tempo e a rigorosa fiscalização contribuíram para a homogeneidade dos livros didáticos, sendo distribuídos os livros:

“Cartilha Analytico –Synthetica” de M. de Oliveira, para os grupos da capital; “Ensino Rapido”, do mesmo autor, para as escolas isoladas e grupos do interior; “Paginas Infantis”, do mesmo autor, para complemento do aprendizado da leitura; “Nossa Patria”, do ilustre historiador paranaense Rocha Pombo, para o 3º e 4º ano. Os outros livros adotados são os seguintes: “Corações de crianças”, de Rita de Macedo; 1º 2º e 3º de Kopke; “Nossa Terra” de Julia Lopes; “Porque me ufano do meu paiz” de Affondo Celso e “Saudade” de Thales de Andrade. (MARTINEZ, 1921, p. 13).

A homogeneização dos livros didáticos estendeu-se para o horário escolar, que se tornou igualitário para todas as escolas do Estado. Também foram uniformizados o ensino da leitura, da escrita e da matemática, tornando-os simultâneos.

A organização, como proposta para eficiência, também se fez presente no estabelecimento de um programa simples para alfabetização rápida nas escolas isoladas e proibição de matrículas, nestas escolas, de alunos para a quarta série, com vistas ao direcionamento dos esforços dos professores àqueles que não sabiam ler, escrever e contar. Nos grupos escolares foram unidos a 3ª e a 4ª séries (com exceção de dois grupos da Capital que ainda mantiveram a 4ª série). Foi adotado o sistema de progressão de alunos alfabetizados (que sabiam ler e escrever) para a 2ª série ainda no ano letivo, tendo em vista o direcionamento do professor da 1ª série aos alunos analfabetos. Houve a proibição da matrícula de crianças com idade inferior a 7 anos e liberação da matrícula a analfabetos com idade superior a 14 anos.

A lógica de controle adotada pela inspetoria sobre a administração escolar tornou-se presente no cotidiano escolar como prática pedagógica, instaurada com a determinação de que os trabalhos escolares fossem arquivados, sendo expostos nas salas ao longo do período letivo e nas exposições escolares realizadas anualmente. O objetivo era fazer notar o progresso e as falhas do ensino, além de serem esses documentos (incluindo neste último caso, as provas) analisados pelos sub-inspetores como meio de verificação da utilização dos métodos pedagógicos e do programa orientados pela Inspeção Geral do Ensino.





A reforma proposta por Cesar Prieto Martinez recebeu apoio total do Presidente do Estado. Baseada na difusão do ensino por meio do aproveitamento máximo do orçamento e da aplicação de métodos e procedimentos para ampliar a eficiência da alfabetização, a Inspetoria agiu de modo a não organizar a escola pública primária a partir de um aparelhamento de luxo e fez da inspeção o meio de fazer cumprir o programa e os procedimentos didáticos, administrativos e pedagógicos estipulados, a fim de garantir o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis.

Ao fim de seu primeiro relatório, Cesar Prieto Martinez propõe ao Secretário Geral do Estado a apresentação de um projeto de lei para um novo Código de Ensino, considerando o anterior, de 1917, ultrapassado para as novas realidades. Permanecendo no cargo até 1925, o Inspetor teve oficializada sua proposta apresentada no primeiro ano de gestão, no ano de 1923 (MIGUEL, 2011).

Os resultados das iniciativas aplicadas ainda no primeiro ano de Gestão, segundo o Munhoz da Rocha (PARANÁ, 1922, p. 86), já se faziam perceptíveis em 1922, o “resultado tão compensador alcançado com despesa relativamente pequena”, fazia-se pela “simplicidade da nossa organização escolar e à ação tenaz da repartição técnica e dirigente, - a Inspetoria Geral, - que, na medida do possível, tudo procura fazer para corresponder à confiança do Governo de quem recebe a mão forte do prestígio” e da qual recebeu “dentro dos ditames da justiça” o livre arbítrio em prol da instrução popular.

3 Considerações Finais

O discurso presente na proposta de Reforma da Escola Primária apresentada por Prieto Martinez no relatório redigido em 1921 sobre o ano de 1920 nos permite, por meio do que foi exposto, identificar que a perspectiva desta escola pública primária se fazia sobre um principal aspecto: por meio da escola erradicar o analfabetismo, preparar os indivíduos para o trabalho e formar a infância nos pressupostos republicanos. Nesta lógica, os princípios da reforma basearam-se respectivamente em elementos sociais, econômicos e culturais, distintas formações discursivas que convergiam em uma única formação ideológica, a modernização.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O discurso de Martinez não está isolado de seu período histórico. A modernização é um discurso que prioriza o novo em detrimento ao mais antigo, considerando-o velho, ou melhor, ultrapassado. O discurso de modernização nesta acepção se relaciona a duas perspectivas de modernização:

A primeira é inglesa, de perspectiva economicista, iniciada com a Revolução Industrial e precursora da ideia de modernização como necessidade para o progresso. Modernizar os equipamentos, os processos, tendo em vista amplificar a produção industrial, racionalizando-a e tornando-a sempre mais eficiente, era princípio desta perspectiva, enfaticamente utilizada nos Estados Unidos no início do século XX. A segunda, de origem francesa, baseia-se nos princípios iluministas que levaram à Revolução Francesa, e tem como perspectiva a abordagem da reforma social e política, neste âmbito, modernizar significa forjar o cidadão político para participar nos novos tempos (onde há secularização, direitos civis e escola pública). (SOUZA, 2012, p. 87).

Esta modernização que se faz presente na década de 1920, especialmente nos relatórios da Inspeção Geral do Ensino, permite observar que a lógica moderna é mais enfática com relação a proposta estadunidense. Adjetivos como “racionalizar”, tornar “eficiente”, usar os “recursos disponíveis”, ou mesmo o direcionamento para uma educação que visa extrair do indivíduo maior e melhor produtividade, são princípios da administração moderna que marcaram fortemente o cenário norte americano em fins do século XIX e início do século XX. Era uma proposta direcionada “a formação de formação do homem material, real, capitalista (SOUZA, 2012, p. 106)”. Deste modo, cumpre enfatizar que “A atuação de Martinez pautou-se pela organização da educação escolar segundo a ‘lógica da organização racionalizadora do trabalho industrial e a valorização do homem como recurso humano para o progresso da Nação’ (MIGUEL, 1992, p. 41 apud MIGUEL, 2011, p. 123)”.

A missão da escola pública primária se construiu no discurso oficial partindo da exposição da necessidade da alfabetização enquanto recurso para as sociedades que se direcionavam ao progresso e chegou ao aspecto de doutrinação da infância, por meio de um sistema altamente regulador e direcionador.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ao buscar a escola pública primária nos documentos oficiais, buscamos nos discursos oficiais, que são por excelência obras de poder simbólico, “como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo (BOURDIEU, 2010, pág. 14)”, a imagem da escola pública primária que por meio deles se constituiu e que não permaneceu no campo ideológico, mas que por encontrar-se registrada, fez parte de prática política.

O documento oficial como discurso fundado no poder, tem a possibilidade de registrar a sociedade do passado a partir de testemunhos pré-validados. O fato de ser oficial lhe garante, de imediato, uma veracidade autorizada e, por isso, faz entender que o que foi considerado em um Relatório de Inspetor ou uma Mensagem de Governo, são as verdades registradas sobre tal período e, portanto, estes discursos contribuem para a constituição de uma concepção de escola pública primária.

Como guia da infância na promoção da cultura republicana, a escola pública primária foi no discurso oficial, meio para promoção e proteção da cultura do regime em republicanização (CARVALHO, 2011). Pode-se perceber, no discurso oficial, a continuidade da escola como elemento de preparação e formação do homem em determinada cultura, neste caso a republicana.

Quando encontramos no discurso oficial indicações de como se deveria fazer a cultura escolar, podemos identificar que a cultura social é imposta a cultura escolar, a qual “propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação (BOURDIEU, 2009, p. 205)”. Neste caso, a cultura republicana, a partir dos rituais escolares, incutida e apoiada pelo discurso oficial, forjou a escola pública primária no período da Reforma da Instrução Pública no Paraná. Do mesmo modo, a ação tenaz da inspetoria foi dirigida para fiscalizar, fazer cumprir e se necessário repreender o que não estivesse dentro do que fora determinado.

A cultura não é apenas um código comum nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas recorrentes. Ela constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma “arte da invenção” análoga à da escrita musical, uma infinidade de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares. (BOURDIEU, 2009, p. 208).

O discurso oficial, como linguagem previamente autorizada pela sua característica de comunicação do poder público, é, sobretudo, um meio de propagação de interesses “diretamente envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social (BOURDIEU, 2010, pág. 156)”, como “discursos políticos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade estrutural: na aparência diretamente destinados aos mandantes, eles são, na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo (idem, ibidem)”. As Mensagens de Governo direcionadas ao Congresso Legislativo e os Relatórios da Inspetoria Geral do Ensino destinados a Secretário Geral do Estado, são documentos políticos com destinação definida antes mesmo de sua concepção.

A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. (...). De modo mais geral, todos os enunciados têm como sujeito um colectivo, Povo, Classe, Universidade, Escola, Estado, supõe resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de “falsificação de escrita metafísica” que foi possível denunciar no argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. (BOURDIEU, 2010, pág. 159).

A defesa da escola pública primária como égide republicana, foi no discurso oficial, o desejo de um grupo que ao representar-se por “povo” fez de sua intencionalidade a intenção de um Estado. E, neste aspecto, os discursos oficiais destacados, apontam para um mesmo sentido: a escola como forjadora de hábitos desejáveis ao regime que se fazia tentar consolidar.

Enquanto “força formadora de hábitos” a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado. (BOURDIEU, 2009, p. 211).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A cultura republicana forjada por um grupo político foi disseminada por meio das iniciativas impostas à organização da escola pública primária no início da década de 1920, fazendo-se como poder simbólico. “(...) o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2010, pág. 8)”. Quem teria acesso, em uma sociedade de aproximadamente 80% de analfabetos, aos discursos oficiais? Não podemos afirmar intencionalidade manipulativa na ordem do discurso, mas não é possível ignorar seu poder de fazer-se verdade para a história. Seja pela oficialidade que lhe é embrionária, seja pelo desconhecimento por todos quantos lhe são afetados.

No Paraná da década de 1920, especificamente nos anos que permearam a Gestão de Prieto Martinez é possível identificar uma cultura republicana propagada pelo discurso oficial. Responsável pela formação do cidadão, a cultura republicana direcionada a cultura escolar, foi no discurso oficial égide do regime republicano.

Baluarte da democracia e possibilidade de preparação da massa para o trabalho, e por meio da produtividade o alcance do futuro concebido em progresso material, a escola pública primária foi, no imaginário político exposto por meio do discurso oficial, o signo da modernização. Formar o cidadão ciente de seus direitos e deveres, fazê-lo compreender a necessidade de sua efetiva participação social, e incuti-lo a necessidade do trabalho como forma de sua subsistência e progresso, foram diretrizes da escola que se fez para a solidificação do regime republicano. Alfabetizar as populações e, conseqüentemente forjar o brasileiro, foi o direcionamento do discurso oficial, que se colocou como sapiente em implantar a reforma da instrução com ênfase na eficiência e na racionalidade. Altas aspirações, baixos recursos. O discurso oficial é em suma, a representação ou até a justificativa daquilo que se intentou fazer, ou se fez, pela e para a escola pública primária no início da década de vinte.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

CAMARGO, G. L. V. de. **Paranismo: arte, ideologia, e relações sociais no Paraná, 1853-1953.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARVALHO, M.M.C. **A escola e a República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2011b.

_____. A república, a escola e os perigos do alfabeto. IN: PRADO, L. C. P.; VIDAL, D. G. (Orgs.). **À margem dos 500 Anos: Reflexões irreverentes.** São Paulo: EDUSP, 2002. p. 203-218.

_____. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 225-252.

LE GOFF, J. **A história nova.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINEZ, C. P. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado.** Curitiba: Typ. Da Penitenciária do Estado, 1921.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado.** Curitiba: Typ. Da Penitenciária do Estado, 1922.

MIGUEL, E. B. M., VIDAL, D. G., ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MIGUEL, M. E. B. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, E. B. M., VIDAL, D. G., ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. p. 121-138.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

PARANÁ. **Decreto n. 17, de 9 de Janeiro de 1917.** Dispõe sobre o Código do Ensino do Estado do Paraná. Curitiba: d’ “A República”, 1917.

_____. **Mensagem Presidencial Estado do Paraná.** Curitiba: [s.n.], 1921.

_____. **Mensagem Presidencial Estado do Paraná.** Curitiba: [s.n.], 1922.

_____. **Mensagem Presidencial Estado do Paraná.** Curitiba: [s.n.], 1923.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. **A Escola Normal no Paraná na Reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional do ensino.** Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/146_sheila.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2012.

SOUZA, G. de. **“Mediador do moderno”:** técnico paulista na direção da instrução pública paranaense nos anos vinte do novecentos. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1546-Int.rtf. Acesso em 26 de abril de 2012.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XIX.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

SOUZA, S.C. de **Escola pública primária paraense nos discursos oficial e jornalístico: republicanização, alfabetização e progresso em nuances de modernização (1920-1930)**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

STENTZLER, M. M. e SCHENA, V. A. **Reforma da educação no Paraná: ideais educacionais de Cezar Prieto Martinez para a instrução pública expressos nos relatórios de 1920 a 1922**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../MFweDoat.doc. Acesso em 26 de abril de 2012.

